

RESOLUÇÃO Nº 21/2017 - CIB

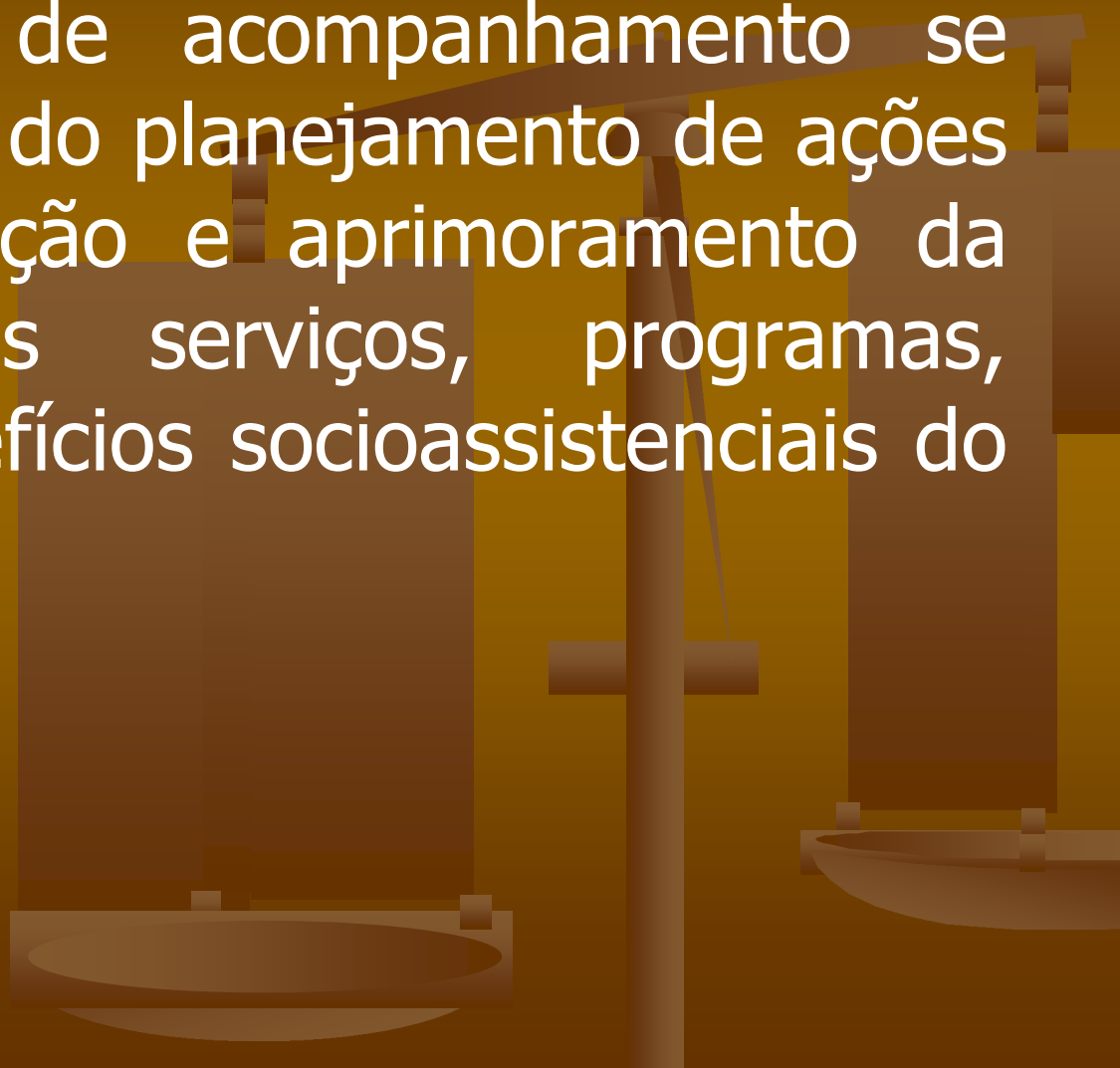
RESOLUÇÃO Nº 02/2018 - CEAS

Estabelece fluxos, procedimentos e responsabilidades para o acompanhamento da gestão e dos serviços, programas, projetos e benefícios do Sistema Único de Assistência Social – SUAS cofinanciados pelo estado do Ceará.

O acompanhamento no SUAS verifica :

- I - o alcance ou não de metas de pactuação e de indicadores da gestão e serviços;
- II - observância ou não das normativas do SUAS
- A verificação se dará por meio de visitas técnicas com base nos dados apurados no Censo SUAS, denúncias, fiscalizações e auditorias e outros sistemas disponibilizados pela STDS.

Os processos de acompanhamento se darão por meio do planejamento de ações para a adequação e aprimoramento da gestão e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS.



O objetivo do acompanhamento realizado pelo Estado nos Municípios e destes junto as entidades e organizações socioassistenciais consiste em:

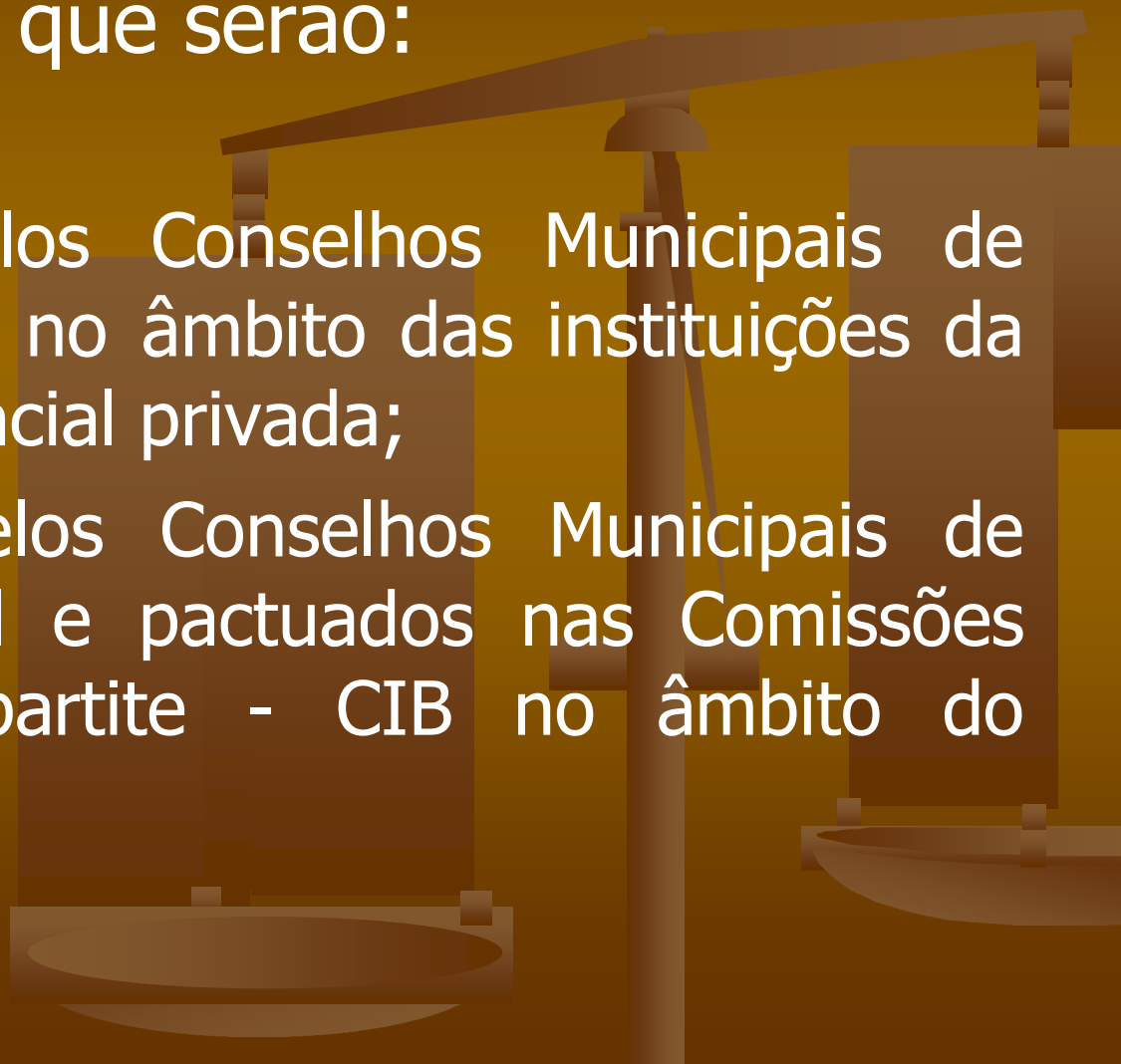
- I - garantir apoio técnico e qualificado à gestão;
- II- implementar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais objetivando ações qualificadas em espaços físicos satisfatórios com equipe de trabalho adequada, de modo a cumprir as normativas do SUAS.

As ações para a superação das dificuldades:

- consiste no planejamento que envolva a entidade, o gestor local e o Estado na resolução definitiva dos problemas.
- Instrumentos: o plano de providências (ações, metas e prazos) e em decorrência deste o plano de apoio.

Os Municípios e instituições locais elaborarão seus Planos de Providências que serão:

- I - aprovados pelos Conselhos Municipais de Assistência Social no âmbito das instituições da rede socioassistencial privada;
- II - aprovados pelos Conselhos Municipais de Assistência Social e pactuados nas Comissões Intergestores Bipartite - CIB no âmbito do Municípios.



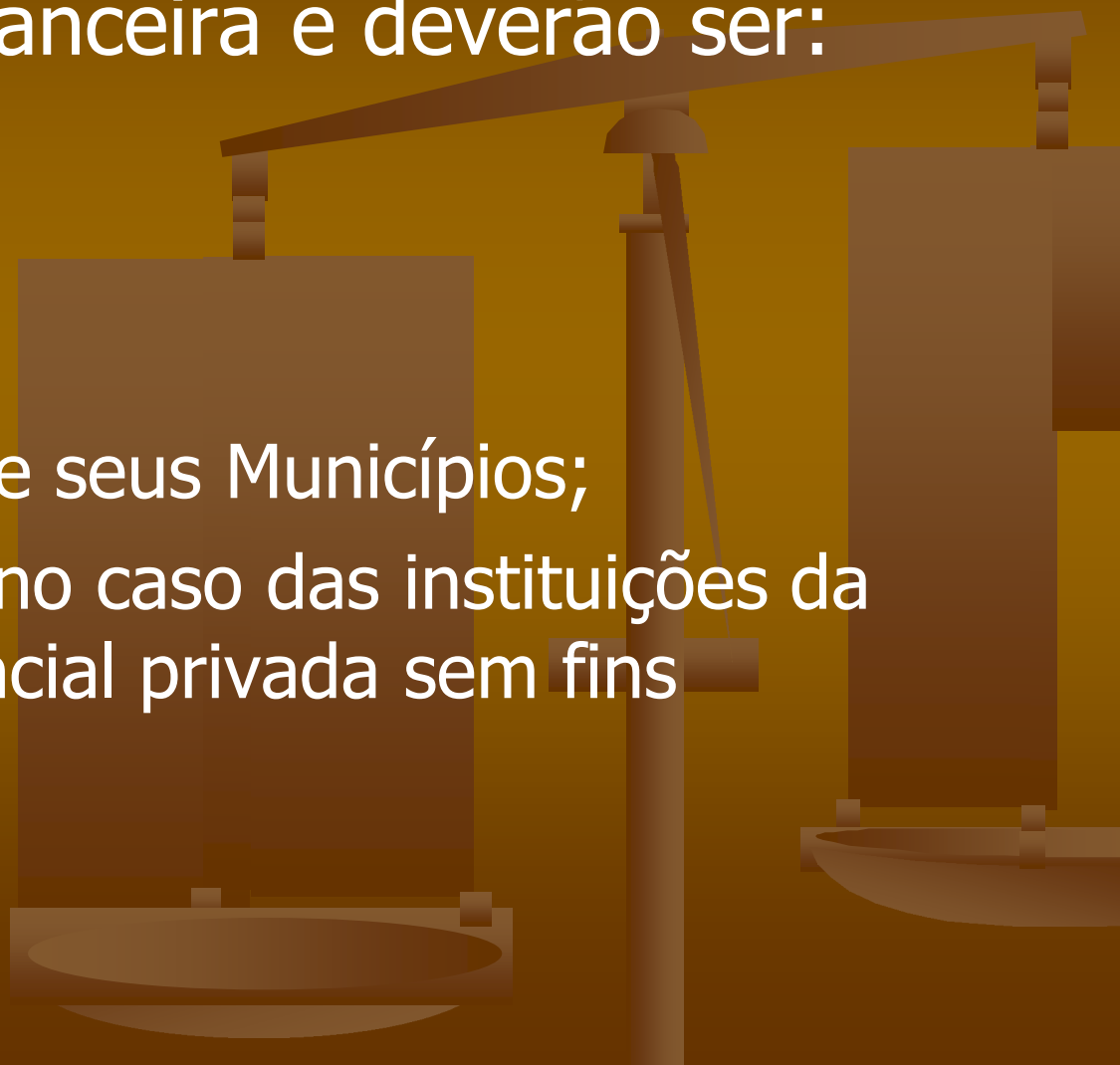
Ao término do prazo estabelecido para o cumprimento do Plano de Providências do Município, o gestor municipal enviará relatório final sobre a sua execução ao Estado, acompanhado da resolução de aprovação do Conselho Municipal de Assistência social.

As instituições locais enviarão relatório final sobre a sua execução do Plano de Providências ao gestor municipal.

Os Planos de Apoio deverão conter as ações de acompanhamento, assessoria técnica e/ou financeira e deverão ser:

I - elaborados pelo:

- a) Estado no caso de seus Municípios;
- b) pelos Municípios no caso das instituições da rede socioassistencial privada sem fins econômicos.



Os Planos de Apoio deverão conter as ações de acompanhamento, assessoria técnica e/ou financeira e deverão ser:

II - encaminhados à pactuação na CIB e deliberação no Conselho Estadual de Assistência Social- CEAS no caso dos Municípios;

III – encaminhados ao CMAS para deliberação e acompanhamento no caso das instituições da rede socioassistencial privada sem fins econômicos.

A execução dos Planos de Providências será acompanhada:

- I - pelo Conselho Municipal de Assistência Social dos Municípios e órgão gestor municipal da política de assistência social, no caso das instituições locais;
- II - pelos respectivos Conselhos Municipal de Assistência Social - CMAS e STDS no caso dos Municípios;

Ao receber o relatório final o Estado ou o gestor municipal farão uma avaliação da execução e do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Providências e emitirão parecer técnico que será encaminhado a CIB ou ao CMAS, no caso dos municípios e instituições locais, em que se constará o cumprimento ou não das metas pactuadas no Plano de Providências.

O Município e instituições que não tenham atingido as metas pactuadas no Plano de Providências, poderão encaminhar a CIB ou ao CMAS, no caso dos Estados e instituições locais, solicitação de prorrogação do prazo de execução com justificativa.

Caberá a CIB ou ao CMAS, conforme for o caso, avaliar se há possibilidade de novo prazo para a conclusão do Plano de Providências, e, caso não adite novo prazo, comunicar ao gestor estadual ou municipal, conforme o caso, para as providências cabíveis.

O prazo para cumprimento dos Planos de Providência e de apoio poderão ser aditados por uma única vez. Exceto quando houver mudança na gestão municipal ou quando o repasse dos recursos do cofinanciamento federal e/ou estadual estiverem em atraso

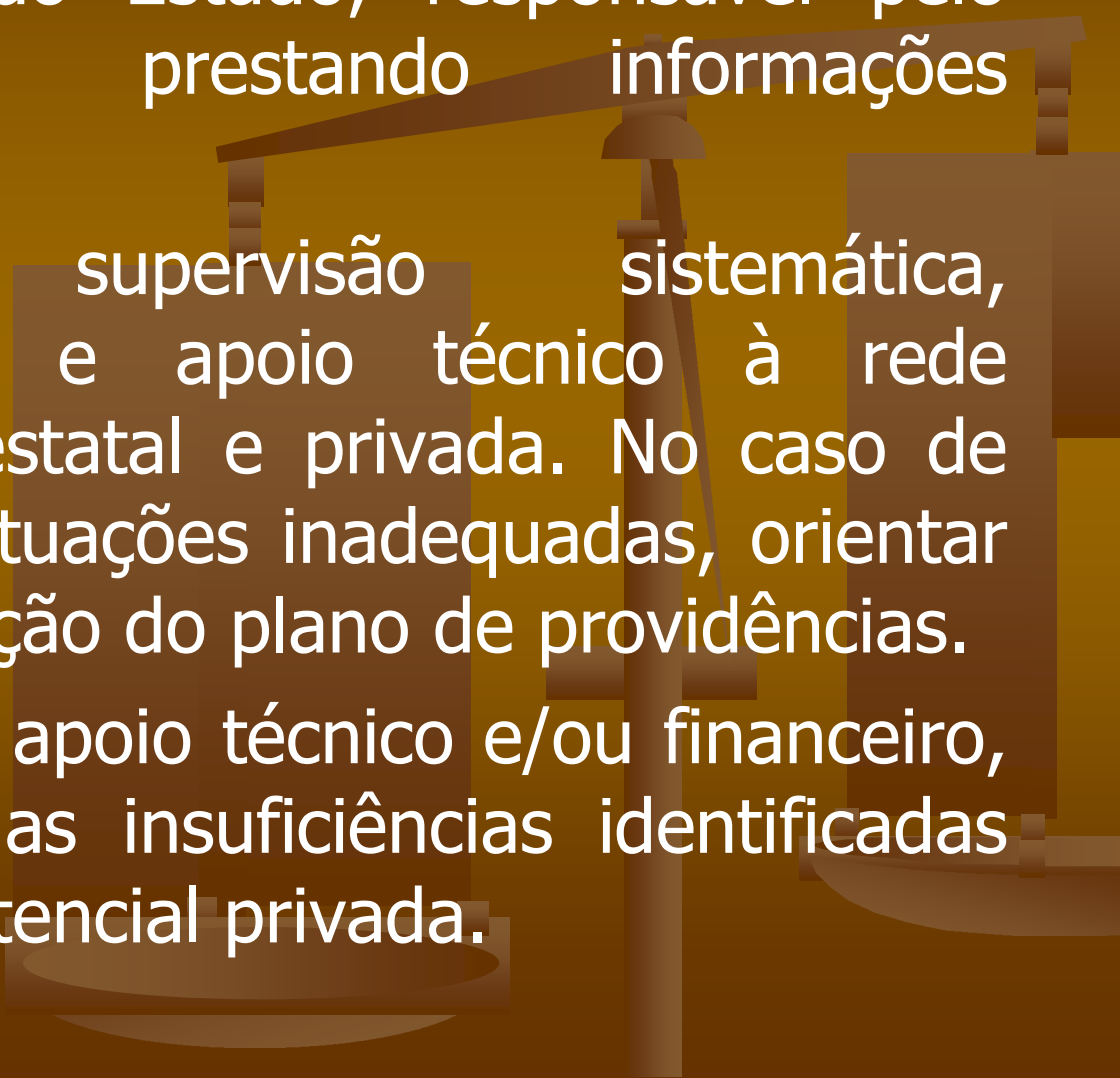
Caberá aos Municípios:

- Identificar e cadastrar a Rede socioassistencial privada;
- Divulgar nas unidades de prestação de serviços, programas, projetos e benefícios e apresentar no CMAS.
- Apresentar, no prazo de um mês do recebimento das informações, ao CMAS, a situação do SUAS (Gestão e ofertas aos usuários).

Caberá aos Municípios:

- Implementar o Plano de Providências, nos prazos estipulados e, sempre que necessário, solicitar prazo adicional a CIB, acompanhado de justificativa, com antecedência mínima de um mês.
- Prestar informações trimestrais ao CMAS, bem como ao Estado, sobre andamento do cumprimento do Plano de Providências, até a superação de todas as situações identificadas.
- Elaborar, ao término do prazo estabelecido no Plano de Providências, relatório final sobre o seu cumprimento, aprovar no CMAS e encaminhar ao Estado.

Caberá aos Municípios:

- Receber equipe do Estado, responsável pelo acompanhamento, prestando informações necessárias.
 - Realizar a supervisão sistemática, acompanhamento e apoio técnico à rede socioassistencial estatal e privada. No caso de identificação de situações inadequadas, orientar e apoiar a elaboração do plano de providências.
 - Elaborar plano de apoio técnico e/ou financeiro, para superação das insuficiências identificadas na rede socioassistencial privada.
- 

Caberá aos Municípios:

- Receber, analisar e emitir parecer técnico sobre o plano de providências e encaminhar ao CMAS para deliberação e acompanhamento.
- Capacitar os quadros técnicos do Município e da rede socioassistencial privada sem fins lucrativos, de forma a assegurar a boa gestão e execução dos serviços.

Caberá ao CMAS:

- Appreciar proposta do executivo com as providências que serão tomadas sempre que houver inobservância das normativas do SUAS.
- Aprovar no prazo de 30 dias de seu recebimento, por meio de Resolução, os Planos de Providências e acompanhar sua implementação até a superação das situações que lhe deram origem.
- Receber e aprovar o relatório final do Plano de Providências no prazo de 60 dias de seu recebimento.

Caberá ao CMAS:

- Caso o CMAS seja objeto dos questionamentos que geraram o Plano de Providências, caberá ao CEAS deliberar sobre o mesmo.
- Deliberar parecer sobre a concessão excepcional de 1 prazo adicional para cumprimento do Plano de Providências, observadas as exceções estabelecidas quando justificado a necessidade, com o parecer do órgão gestor municipal.

Muito Grata !!!

